



Faculdade UnB Planaltina – FUP/UNB
Curso de Gestão do Agronegócio

**Composição de um Plano de Desenvolvimento de Assentamento
(PDA): PA “Márcia Cordeiro Leite”**

Relatório de Estágio
Supervisionado apresentado
ao Curso de Gestão do
Agronegócio, como parte dos
requisitos à sua conclusão.

Cássia Cristina Silva

Orientação: Prof. Flavio Murilo Pereira da Costa

PLANALTINA – DF

Dezembro 2011

Composição de um Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA): PA “Márcia Cordeiro Leite”

Relatório de estágio supervisionado apresentado ao Curso de Gestão do Agronegócio, como parte dos requisitos à sua conclusão.

Cássia Cristina Silva

Orientação: Prof. Flavio Murilo Pereira da Costa

PLANALTINA-DF

Dezembro de 2011

SUMÁRIO

1. RESUMO.....	1
2. INTRODUÇÃO.....	2
3. REFERENCIAL TEÓRICO	3
3.1 Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA).	3
3.2 Principais metodologias utilizadas para a formulação do PDA.....	7
3.2.1 Diagnóstico Rural Participativo (DRP)	7
3.2.2 Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Fraquezas – FOFA	9
3.3 Desenvolvimento rural.	10
3.3.1 Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento local Sustentável.	10
3.3.2 Índice Desenvolvimento Comunitário Rural - IDCR.....	11
3.4 Agricultura Familiar	13
4. METODOLOGIA.....	14
5. ASSENTAMENTO “MÁRCIA CORDEIRO LEITE”	15
5.1 Contexto histórico.....	15
5.2 Saúde, Alimentação e Educação.....	16
5.3 Moradia e Infra-estrutura, Emprego e Renda.....	16
5.4 Produção.....	17
5.5 Perspectivas	17
5.6 PDA “Márcia Cordeiro Leite”: princípio dos trabalhos	19
5.6.1 Primeira visita ao Assentamento “Márcia Cordeiro Leite”	19
5.6.2 Segunda visita ao Pré - Assentamento “Márcia Cordeiro Leite”	21
6. RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO	22
7. CONCLUSÃO.....	24
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24

1. RESUMO

O Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA) faz parte do Programa de Políticas Públicas para a Reforma Agrária do Governo Federal e tem como finalidade preparar uma proposta de desenvolvimento para os pré-assentamentos seguindo uma linha sustentável, respeitando a realidade da comunidade rural. O PDA “Márcia Cordeiro Leite” está em construção e tem como principais colaboradores a EMATER-DF e a Faculdade UnB Planaltina - FUP/UNB. Este relatório tem como tema compor elementos para a construção do PDA do Pré-Assentamento “Márcia Cordeiro Leite”. O presente trabalho está estruturado em seis seções, iniciando-se com a introdução sobre o significado principal de um plano de desenvolvimento de um Assentamento; a segunda seção trata-se de uma revisão da literatura sobre o PDA e suas principais metodologias, desenvolvimento rural e agricultura familiar; na terceira seção descreve a metodologia utilizada no presente relatório; na quarta um breve histórico sobre o Pré-Assentamento; na quinta faz um relato preliminar dos principais resultados e uma breve discussão da realidade local e; por fim, na sexta seção, são feitas as considerações finais sobre os principais resultados dos primeiros trabalhos realizados na comunidade.

2. INTRODUÇÃO

Conforme o Manual de Estágio Supervisionado, o estágio é parte integrante da grade curricular do curso de Gestão de Agronegócios da Faculdade UnB Planaltina (FUP), tendo respaldo na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional n.º 9.394/96, em seu artigo 82. Consideram-se como estágio curricular as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais da vida e trabalho de seu meio.

No presente relato de estágio, o processo de atividades ao qual descrevemos acima foi realizado na FUP em concomitância com acompanhamento do projeto de construção do PDA do Pré-Assentamento “Marica Cordeiro Leite”, pertencente ao Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural (MATR). A área está localizada na antiga Fazenda Monjolo e Lagoa Bonita, Região Administrativa (RA) de Planaltina, Brasília - DF.

O projeto do PDA do Plano de Assentamento (PA) “Marica Cordeiro Leite” e consiste no planejamento do futuro Assentamento. Tem como principal diretriz o desenvolvimento sustentável respeitando as dimensões sociais, culturais, ambientais e econômicas consolidadas a partir de ferramentas metodológicas, com caráter participativo, utilizando instrumentos como o Diagnóstico Rural Participativo (DRP).

Sendo assim, o citado projeto procura viabilizar ações integradas entre comunidade acadêmica, as famílias rurais e o poder público visando fortalecer o processo de formação, organização e consolidação da Agricultura Familiar (AF) sustentável para promoção desenvolvimento local sustentável.

Portanto, o objetivo geral do presente estágio foi acompanhar as atividades inerentes a um PDA, particularmente sobre a identificação dos aspectos isográficos, econômicos, sócios ambientais e culturais de um determinado assentamento.

Como objetivos específicos, identificar as principais metodologias de construção de um PDA, conforme Resolução 387, que estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de projetos de assentamento de reforma agrária e da outras providencias (CONAMA, 2006).

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA).

Como já citado, o PDA está baseado na Resolução N° 387 (CONAMA, 2006), onde se verifica a necessidade de estabelecer uma regulamentação específica para o licenciamento ambiental de Projetos de Assentamento (PA) de Reforma Agrária, com necessidade de se solucionar injustiças sociais e conflitos pela posse da terra. Tem a intenção em reduzir desigualdades sociais e ampliar o acesso á terra, constituindo diretrizes, procedimentos de controle e gestão ambiental para orientar e ensinar o uso e exploração dos recursos naturais assegurando assim, a proteção ao meio ambiente de forma sustentável nos PAs de Reforma Agrária. (CONAMA, 2006).

Segundo o Manual Operacional da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), o PDA é o instrumento de planejamento dos PAs voltado para o desenvolvimento sustentável, seguindo as dimensões econômicas, culturais, sociais e ambientais. (BRASIL, 2008).

O PDA tem como meta descrever as dimensões do Assentamento, prevendo a organização espacial das áreas individuais e coletivas, mapeamento de tipos de solo, definições de possíveis sistemas de produção, reserva legal, áreas de preservação permanente, indicando uma proposta de desenvolvimento que siga uma linha sustentável.

Segundo Oliveira & Centeno (2002), um ponto importante para que se torne factível o desenvolvimento sustentável é haver uma compreensão do todo e da inter-relação das partes, com grande destaque a interdisciplinaridade, ou seja, é necessário que se identifique as habilidades, talentos e conhecimentos para a construção da sustentabilidade, que implica também em mudanças de comportamento individual e social.

Segundo a resolução específica do CONAMA, o PDA é definido como:

Plano que reúne os elementos essenciais para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, em estrita observância à diversidade de casos compreendida pelos diferentes biomas existentes, com destaque para os seus aspectos fisiográficos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo instrumento básico à formulação de projetos técnicos e todas as atividades a serem planejadas e executadas nas áreas de assentamento, constituindo-se numa peça fundamental ao monitoramento e avaliação dessas ações, e que deverá conter, no mínimo, o estabelecido no Anexo III dessa Resolução; (CONAMA, 2006).

O PDA pode ser entendido como sendo um processo de discussão, questionamento, direção, orientação e participação, reordenamento, desenvolvimento e capacitação que considera as diferenças do saber, conhecimento, idéias, opiniões e interesses. O processo de construção e execução do plano acontece pelo comprometimento das famílias assentadas juntamente com os atores envolvidos. (Wickert et al., 2000).

O PDA constitui o instrumento de planejamento para o Assentamento, de forma a apreender, a partir da análise das propostas de ação contidas no plano, as perspectivas de desenvolvimento rural que estão subjacentes às mesmas, e que repercutem no sucesso das ações empreendidas para o desenvolvimento dos assentamentos. (Carvalho, 2010).

O processo segundo Wickert *et al* (2000), compreende duas etapas diferentes: a do diagnóstico - que se utiliza de instrumentos técnicos e operativos e; o plano de ações que é tomado a partir do diagnóstico e das decisões a serem tomadas.

O roteiro a ser seguido para se elaborar o PDA está contido no Anexo II e III da Resolução 387 (CONAMA, 2006), que reúne os principais elementos essenciais à elaboração de planos de desenvolvimento para PAs ligados a Reforma Agrária. Torna-se o principal instrumento para à formulação de projetos técnicos e atividades a serem planejadas e executadas, constituindo-se assim, como uma peça fundamental ao monitoramento e avaliação das futuras ações. (CONAMA, 2006).

Os principais elementos de composição, a partir desta metodologia podem ser assim elencados:

- Metodologia de trabalho: a) Elaboração do plano, que deve descrever de forma clara e objetiva a(s) metodologia(s) e/ou técnica(s) a serem aplicadas, com métodos pedagógicos utilizados pela equipe de trabalho, as técnicas de levantamento dos recursos naturais empregados e o nível de envolvimento dos poderes públicos juntamente com a sociedade e entidades diversas; b) Assessoria técnica, social e ambiental no acompanhamento da implantação do plano, que deve descrever de forma clara e objetiva a(s) metodologia(s) e/ou técnica(s) a serem aplicadas na condução da ATES, com foco na composição da equipe de trabalho, métodos pedagógicos e as técnicas de mobilização, organização do Assentamento e as estratégias de articulação com os atores envolvidos e os recursos materiais como veículos, computadores e etc.
- Caracterização do PA: a) Análise geral, com denominação do imóvel, do assentamento, data de decreto de desapropriação e data da emissão de passe e data e número de criação da portaria da criação do PA; b) Análise específica, ou seja, todos os fatores/dados no Assentamento, a exemplo, área efetiva de reserva legal, número de famílias atual vezes a capacidade do Assentamento prevista na portaria de criação entre outros.

- Diagnostico relativo à área de influência do PA: a) Localização e acesso do Assentamento com pontos de referência através da identificação do município(s), capital do estado por meio de mapas; b) Contexto sócio-econômico e ambiental da área de influencia do PA, identificada por meio de cartografia a localização do assentamento, sua bacia e sub-bacia hidrográfica, condições climáticas, características ambientais, conservação e degradação ambiental e situação social, demográfica e fundaria da microrregião, além da economia do município e identificação da zona, caso exista zoneamento.
- Diagnostico do PA: a) Condições físicas e edafo-climáticas do PA, ou seja, analise geral com identificação de degradação e conservação do relevo e solo, recursos hídricos, flora, fauna, uso do solo e cobertura vegetal, reserva legal e área de preservação permanente (APP), estratificação ambiental dos Agroecossistemas, capacidade do uso do solo e por último, a análise sucinta das potencialidades e limitações dos recursos naturais e da situação ambiental do Assentamento.
- Organização espacial atual, organização e demarcação do perímetro e do parcelamento das familiares de acordo com a área de infraestrutura existente.
- Situação do meio sócio-econômico e cultural: a) histórico do PA, população e organização social, onde se descreve a origem dos assentados e como ocorreu a criação do Assentamento; b) analise geral da população identificando fatores como idade, gênero, escolaridade e relacionamento e comprometimento com as atividades do Assentamento; c) Infra-Estrutura física, social e econômica, identificando benfeitoras e equipamentos de uso coletivo e individual.
- Sistema produtivo; identificação dos produtos gerados; modelos tecnológicos aplicados; canais de comercialização e participação da comunidade em geral entre outros fatores.
- Análise sucinta dos sistemas produtivos, onde se analise os pontos positivos e negativos colhidos na identificação do sistema produtivo.
- Serviço de apoio à produção, que identifica assistência técnica, credito, capacitação profissional na área de localização do Assentamento.

- Serviços sociais básicos, identificando as políticas de educação existentes, políticas de saúde e saneamento para o meio rural, lazer, cultura, habitação.
- E por último, a análise das limitações, potencialidades e condicionantes, ou seja, é análise do diagnóstico, caracterizando as dimensões ambiental, institucional, econômica e social explicitando as principais dificuldades e potencialidades que influenciam no desenvolvimento sustentável.

O PDA deve considerar todas as fases do processo de crescimento do Assentamento, estendendo-se até a completa consolidação e emancipação do mesmo. Para a elaboração do plano é de suma importância à participação dos beneficiários e lideranças locais com assessoria das equipes do ATES, para se criar o diagnóstico que retrate a verdadeira situação do Assentamento. (BRASIL, 2008).

O Manual de ATES descreve que o PDA deve ser elaborado objetivando posteriores mensurações qualitativas e quantitativas sobre a evolução dos PAs, através do monitoramento e avaliação, com o uso de indicadores, nos quais seja possível examinar o grau de intervenção e a promoção dos órgãos governamentais e não-governamentais envolvidos no processo de Reforma Agrária.

O projeto básico do assentamento tem que ser elaborado por equipe multidisciplinar composta por profissionais cujo campo de atuação envolva os meios físicos, bióticos e socioeconômicos, com participação de engenheiro agrônomo e participação efetiva de representantes dos assentados. (CONAMA, 2006).

O projeto deve ser visto como um instrumento de planejamento, onde o diagnóstico prévio permita prever todas as ações que serão desenvolvidas no horizonte temporal, de modo a possibilitar o monitoramento dos projetos pelas as equipes de ATES. (BRASIL, 2008).

Pimentel (2007) relata em sua dissertação que os primeiros dez anos de PDA, consistem no tempo necessário para se planejar as atividades que serão desenvolvidas no Assentamento, onde as famílias se consolidam e tornam-se independentes da estrutura de apoio do Estado, deixando assim a condição de assentados da reforma agrária para se tornarem agricultores familiares.

Segundo Santos *et al* (2004), para se construir o

Plano de Desenvolvimento de forma que seja viável e represente as aspirações e interesses, bem como acate as decisões dos sujeitos locais (assentados e assentadas), utilizamos duas metodologias complementares: a metodologia

participativa, através do DRP; e a metodologia de análise das dimensões, através da FOFA.

Ainda Santos *et al* (2004), descreve a metodologia participativa como sendo,

Um processo democrático de construção do conhecimento que parte do indivíduo, com seus conhecimentos e experiências, e os amplia no confronto com os dos outros membros do grupo, permitindo desta forma uma reflexão crítica que forma a base da *construção* e da *apropriação* do conhecimento. Portanto, o conhecimento tem como ponto de partida a experiência e a vivência da realidade, assim como serve para refletir sobre ela e por que modificá-la. Os principais métodos utilizados são: observação participante, oficinas, reuniões, visitas técnicas, trabalhos em grupos.

Metodologias participativas são baseadas em diálogo entre os participantes de um grupo onde se deve seguir e respeitar alguns princípios como: todos os participantes necessitam ser considerados como agentes ativos a construção do conhecimento, a metodologia utilizada deve escolher cuidadosamente as técnicas empregadas e as mesmas devem ser vistas como um ponto seguro para se concretizar o processo de desenvolvimento. (Moreira & Stamato, 2009).

3.2 Principais metodologias utilizadas para a formulação do PDA.

3.2.1 Diagnóstico Rural Participativo (DRP)

O DRP pode ser definido como sendo um conjunto de técnicas e ferramentas que permitem que as comunidades façam seu próprio diagnóstico e autogestão, onde os participantes podem compartilhar as experiências e conhecimentos para melhorar suas habilidades no planejamento das ações. (VERDEJO. 2003).

Santos *et al* (2004), definem DRP como metodologia “que consiste em se obter informações mais próximas da realidade num processo de interação entre técnicos e membros das Associações, que permitem obter dados necessários para elaboração dos PDAs”.

Para Souza (2007), o DRP deve respeitar características como: i) o reconhecimento de que as populações carentes são criativas e capazes, devendo os técnicos agir como facilitadores; ii) o uso de técnicas que permitam maior visualização e um maior compartilhamento das informações, citando como exemplo, a confecção de mapas e diagramas; iii) a importância do comportamento dos técnicos; iv) a efetiva participação dos agricultores na pesquisa e; v) a obtenção de informações sobre o meio rural, a partir do conhecimento das comunidades, de uma maneira rápida e efetiva.

O DRP determina uma cadeia de encontros entre os atores (agricultores e técnicos), que se reúnem visando um trabalho onde mobilização com liderança do técnico. Segundo

Canuto (2009) define o DRP como sendo uma metodologia para criar e compartilhar conhecimentos, reconhecer pontos negativos como positivos e planejar e avaliar as ações. Para o mesmo autor, o DRP é indicado para o início dos trabalhos de mobilização para determinado ponto de interesse do assentamento rural, através de metodologia ampla, ou seja, aborda problemas do assentamento rural para preparar e mobilizar as frentes sociais para o processo de mudança. A escala temporal do DRP pode ocorrer a qualquer momento, depende somente da disponibilidade dos atores envolvidos (assentados, empresas de assistência técnica e órgãos de apoio) e dos objetivos traçados, onde os DRPs de longa duração proporcionam uma dinâmica de diagnóstico aprofundando assim, o planejamento das ações e avaliações. O mais importante é que o DRP tenha um começo, meio e uma avaliação final, onde o grupo opina sobre a continuidade ou não do processo participativo e definam os próximos passos.

O DRP utiliza técnicas (ferramentas) participativas que o compõe, como:

- Entrevista Semi-Estruturada: é baseada em um roteiro que aborda temas importantes a serem abordados, sendo que o seu registro pode ser feito com anotações ou gravador. (Souza, 2009).
- Entrevista não estruturada: é baseada num plano claro, onde através de conversas pode se alcançar informações mais próximas da realidade, tendo como característica levantar informações qualitativas. (Souza, 2009).
- Entrevista Semi-Estruturada: baseada em um roteiro antecipadamente elaborado, com tópicos das informações que se deseja levantar (Santos *et al.*, 2004).
- Mapeamento Histórico (Linha da Vida e da Paisagem): técnica que permite através da ilustração de se descobrir que visão o grupo tem dos aspectos físicos e humanos da realidade em que se encontram, centrando na experiência das pessoas os conhecimentos e gerenciamentos junto à comunidade (Santos *et al.*, 2004).
- Mapa falante: consiste em desenhos onde os assentados mostram os recursos naturais, cultivos, problemas e tudo o que está sendo discutido no DRP (Moreira & Stamato, 2009).
- Caminhada Transversal: consiste em uma caminhada que começa no ponto mais alto e termina no ponto mais baixo da área em que se deseja estudar, após isso o grupo faz um desenho em corte transversal da

paisagem que foi percorrida, onde se descrevem os problemas, cultivos, pontos positivos e negativos. (Moreira & Stamato, 2009).

- Calendário sazonal: descreve e ajuda o grupo e entender melhor o tempo de plantio, colheita, poda, parto e acasalamento dos animais e datas de comercialização como também outros elementos importantes que tenham períodos específicos. (Canuto, 2009).
- Diagrama de Venn: demonstra a relação entre os assentados rurais junto à comunidade ressaltando aspectos de proximidade. Ajuda na compreensão de quais indivíduos podem contribuir para a solução de possíveis problemas em termos políticos e físicos do assentamento (Canuto, 2009).
- Matriz de Responsabilidade: é uma técnica que ajuda na organização das atividades e compromissos dos indivíduos do assentamento, apresentam-se em forma de tabela as atividades, os responsáveis e a verificação do cumprimento das tarefas (Canuto, 2009).

Para Verdejo (2003) o DRP tem como vantagem o contato direto entre os técnicos envolvidos e as pessoas da comunidade, onde facilita a troca de informação e facilita a verificação das mesmas.

3.2.2 Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Fraquezas – FOFA

Santos *et al* (2004) define FOFA como sendo uma ferramenta técnica em que o grupo é levado a analisar o ambiente interno e externo em que está inserido, identificando as fortalezas, pontos fortes e oportunidades existentes que poderão ser potencializadas, assim como as fraquezas e ameaças externas que podem influenciar o ambiente local.

As informações obtidas com análise da FOFA são baseadas na visão da comunidade sobre cada ponto, permitindo assim uma análise das informações onde se obtém uma leitura clara da realidade do assentamento rural, permitindo assim que os assentados tenham confiança nas decisões tomadas.

A finalidade da FOFA consiste num exercício de reflexão sobre os fatores positivos em que o assentamento vai se beneficiar, e por outro lado sobre os fatores negativos em que os mesmos vão se defrontar. Sendo assim pode se afirmar que esta metodologia tem caráter simplificador do diagnóstico. (Santos, 2007).

Para Santos (2007), força são informações internas favoráveis ao próprio sistema, oportunidades de caráter de origem externa ao assentamento, pontos fracos como fatores

internos em que o assentamento se defronta e as fraquezas como fatores externos que tem como característica prejudicar o assentamento.

Para Santos *et al* (2004), “o objetivo principal desta ferramenta é conseguir entender as tendências da realidade interna e externa ao local sobre a qual se pretende atuar através do projeto de desenvolvimento”.

Segundo Júnior (2002), esta metodologia fecha o diagnóstico e se inicia o planejamento das estratégias de ação para diminuir as barreiras e viabilizar as potencialidades levantadas na FOFA.

3.3 Desenvolvimento rural.

3.3.1 Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento local Sustentável.

Um PDA tem como prioridade o desenvolvimento de atividades rurais com caráter sustentável. A sustentabilidade propõe uma nova visão, que leva em consideração as necessidades humanas e o respeito ao meio ambiente, propondo assim a junção do conceito de sustentabilidade ao desenvolvimento. (Moreira & Stamato, 2009).

Desenvolvimento rural é uma combinação de aspectos econômicos e aspectos sociais, com diversificação de atividades geradoras de renda, tendo como característica o fato de se fazer referência a um território, uma região ou apenas um local, onde as áreas rurais desempenham funções diversas no processo de desenvolvimento. (Kageyama, 2004).

Pode-se entender desenvolvimento sustentável como “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades.” (Canuto, 2009).

Para Costabeber & Caporal (2003), o Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) é um processo gradual de mudança que encerra em sua construção e trajetória a consolidação de processos educativos e participativos que envolvem as populações rurais, conformando uma estratégia impulsionadora de dinâmicas socioeconômicas mais ajustadas ao imperativo ambiental, aos objetivos de equidade e aos pressupostos de solidariedade intra e intergeracional.

Segundo Costabeber & Caporal (2003), “para a conceituação do DRS deve-se assentar na busca de contextos com caráter sustentável, alicerçado em seis dimensões básicas que são: ecológica, econômica, social (primeiro nível), cultural, política (segundo nível) e ética (terceiro nível)”.

O DRP é considerado uma ferramenta de facilitação para a construção do desenvolvimento rural comunitário e local. A sua construção deve ser feita forma

democrática, permitindo assim que os atores envolvidos possam fazer uma leitura da realidade local. (Caporal & Ramos. 2006). Ainda, segundo Caporal & Ramos (2006), “as técnicas participativas só fazem sentido como parte de uma nova estratégia da Extensão Rural, que preconize o DRS, com base nos princípios da Agroecologia”.

Desenvolvimento local é visto como um processo endógeno que é identificado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, representando uma transformação econômica e social em nível local, resultante da mobilização da sociedade onde se exploram as capacidades e potencialidades específicas de maneira sustentável para haver uma transformação da realidade, ocasionando assim, um desenvolvimento que tem como característica a criação de oportunidades sociais e viabilização da competitividade e economia local, gerando portanto, um aumento da renda e assegurando a conservação dos recursos naturais. (Buarque. 1999).

O desenvolvimento local (DL) pode ter caráter integrado e sustentável que, segundo Franco (1998), é um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas; e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais.

O DLIS trabalha com a idéia de conquista de modos de vidas mais sustentáveis resultante de fatores econômicos que abrange o trabalho e renda, a educação, saúde, segurança alimentar, mobilidade, meio ambiente natural e social, segurança pública, governo, cultura e lazer. (Franco, 1998).

3.3.2 Índice Desenvolvimento Comunitário Rural - IDCR

Nas décadas anteriores à década de 90, o espaço rural brasileiro se encontrava em grandes dificuldades estruturais e organizacionais. Para solucionar os eventuais problemas existentes, o governo federal criou programas voltados para o fortalecimento do campo, como por exemplo, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e com isso se iniciou o processo de desenvolvimento do espaço rural, através de políticas de extensão.

Mesmo com todos esses investimentos, o espaço rural continuou a enfrentar dificuldades, já que as políticas não eram suficientes para todos e afetava diretamente o processo sustentável de desenvolvimento. Já na década atual, o governo através da ATER voltou a pensar no espaço rural, sendo AF, segmento importante para a segurança alimentar e para o desenvolvimento de regiões antes esquecidas. Para isso, a ATER oficial teve que se

adequar a novos instrumentos, que fossem capazes de fazer o diagnóstico das regiões juntamente com o planejamento e avaliação dos mesmos.

Para atender a demanda a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF), foi desenvolvido um instrumento de análise que compreende todas as etapas o diagnóstico, desde a elaboração à gestão de políticas públicas voltadas para cada realidade da comunidade rural. Segundo Orsi (2009), o Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural (IDCR), em razão de o recorte territorial ser a comunidade rural (para aproveitar as dinâmicas socioeconômicas, consolidar o pertencimento e aumentar as ações interinstitucionais) há a necessidade de se fazer uma leitura sistêmica do processo de desenvolvimento por dimensões (para fomentar o diálogo, a motivação e o engajamento de pessoas e instituições) e; de se ter um instrumento de empoderamento que apoiasse os atores comprometidos com o processo de desenvolvimento e de gestão social e que também servisse para fazer avaliação de resultados. Esse projeto tem elementos, métodos e objetivos que atendem aos novos paradigmas da ATER, principalmente no que referem ao empoderamento das pessoas, aos segmentos de beneficiários e grupos de minoria.

O projeto do IDCR da Emater/DF busca a valorização das ações que cooperam para o desenvolvimento das comunidades rurais de forma que exista uma influência mútua com a cultura local, onde os indivíduos envolvidos buscarão construir um processo de DS. (Orsi, 2009).

O IDCR é considerado uma inovação pelo fato de utilizar metodologias participativas para se alcançar um maior número de participantes e, fornecer treinamentos aos representantes de cada segmento da comunidade rural para levantamento de dados através de entrevistas e o desenvolvimento de potenciais agentes de desenvolvimento comunitário, onde os beneficiários provavelmente assumirão junto à comissão gestora da comunidade a construção do processo de desenvolvimento, que focaliza a construção e gestão social de políticas específicas para a realidade local (Orsi, 2009).

Algumas estratégias também são consideradas inovadoras como a criação da figura do facilitador institucional que é um funcionário da instituição parceira, a criação da ação interinstitucional que é um momento interativo entre as instituições colaboradas e a comunidade. É o enfoque nas diversas etapas do processo onde se trata das questões de empoderamento, pertencimento, motivação e engajamento, construção de políticas para a comunidade e gestão social do plano de ações interinstitucionais (Orsi, 2009).

O IDCR juntamente com o DRP são as principais ferramentas metodológicas utilizadas pela Emater-DF para a elaboração e construção do PDA nas áreas de assentamento rural no Distrito Federal.

3.4 Agricultura Familiar

Para a legislação brasileira a definição de propriedade com característica familiar tem que estar enquadrar no,

Inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, com a seguinte redação: “ *propriedade familiar* : o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros” e na definição da área máxima, a lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequena os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais e, como média propriedade, aqueles entre 4 e 15 módulos fiscais. (TINOCO, 2006).

Para a FAO/INGRA, para uma unidade produtiva ser considerada de caráter familiar no Brasil ela tem que se enquadrar dentro de características como:

a) gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são executados por indivíduos que mantêm entre si laços de parentesco ou de matrimônio; b) a maior parte do trabalho é igualmente proporcionado pelos membros da família; e c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre a terra) pertence à família, e é em seu interior que se efetua sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (Costabeber & Caporal, 2003).

A AF remete ao termo agricultor familiar que, segundo Schneider (2008), “é todo aquele sujeito que vive no meio rural e trabalha na agricultura juntamente com sua família”. A AF é considerada uma unidade de produção com característica de produção baseada no policultivo, onde parte da mesma é consumida pelos próprios agricultores familiares.

A maior parte da produção agrícola brasileira é procedente da agricultura familiar, pois tem como característica o fato de integrar a produção com o consumo. O trabalho é responsável pela geração de valor ao contrário da agricultura patronal onde há a exploração de trabalhadores assalariados com concentração de renda e exclusão social (Andrioli, 2008).

A agricultura de base familiar pode representar lócus ideal ao desenvolvimento de uma agricultura sustentável, pelo fato de trabalhar com uma escala menor de produção, com diversificação e integração de atividades oriundas de exploração vegetal e animal. (Carmo, 1998).

Andrioli (2008), defende que,

Agricultura familiar, portanto, pelas suas características, por suas necessidades e por sua perspectiva econômica e social, apresenta uma tendência maior de incorporar

elementos da agroecologia, porque essa seria uma forma de fazer com que sua produção seja menos dependente de capital externo, de insumos (sobre os quais algumas multinacionais têm o seu controle monopolizado) e introduzir no processo produtivo conhecimentos da agroecologia, combinando-os com conhecimentos tradicionais. Isso implicaria também em um processo de apropriação de conhecimento existente, de valorização de conhecimentos já desenvolvidos e de construção de novos conhecimentos.

A organização familiar apresenta várias vantagens quando se trata de uma produção agropecuária sustentável (estabilidade, resiliência e equidade), devido à sua ênfase na diversificação e na maleabilidade de seu processo decisório. (Veiga, 1996).

Costabeber & Caporal (2003) afirma que a AF sustentável vem demonstrando que tem mais energia e habilidade para alcançar aspectos como,

- i) multifuncionalidade e policultivos;
- ii) eficiência produtiva e eficiência energética e/ou ecológica;
- iii) conservação dos recursos naturais não renováveis;
- iv) proteção da biodiversidade e sustentabilidade futura;
- v) manejo meticuloso e fino (especialmente dos solos);
- vi) atividades artesanais de menor impacto ambiental e com maior relevância social.

A AF com práticas de produção e manejos sustentáveis, pode se dizer que é a melhor maneira de se consolidar o desenvolvimento rural, onde as famílias terão auto-suficiência alimentar e consolidarão uma geração de renda com agregação de valor aos produtos com caráter orgânico.

4. METODOLOGIA

A metodologia utilizada durante o presente trabalho teve função investigativa como forma de entender o funcionamento e a natureza social da unidade de Agricultores Familiares na construção do PDA por meio de pesquisa bibliográfica que, segundo Lakatos & Marconi (1992), trata do levantamento de todo material bibliográfico já publicado em diversas fontes como revistas, livros, artigos, onde o principal papel é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que já foi escrito sobre determinado assunto.

Como caráter qualitativo, como bem caracteriza Flick (2002), o uso de métodos qualitativos como forma de estudo de fenômenos sociais, traz diferentes vantagens sobre os métodos quantitativos, por não empregam instrumentos estáticos como base do processo de análise de um problema. Os qualitativos são mais eficientes e utilizados no reconhecimento de áreas de trabalho pouco conhecidas, onde é possível se obter com mais detalhes alguns fenômenos sociais que acontecem nas comunidades (Strauss, 2008).

Quanto aos fins da pesquisa será feito uma pesquisa descritiva, que de acordo com Vergara (2000), destina aos meios pelos quais os dados serão utilizados.

As investigações estão baseadas segundo roteiro básico para o acompanhamento e projeto básico de um PDA, descrito nos Anexos II e III da Resolução 387 (CONAMA, 2006).

As atividades que comporam a metodologia e que fizeram parte das atividades executadas no PDA foram: i) participação em reuniões de planejamento de ações e atividades futuras com parceiros envolvidos (Emater/DF e MATR); ii) revisão bibliográfica como referencial teórico à execução das atividades; iii) execução e confecção de relatório final, contendo pesquisa bibliográfica, desenvolvimento e análise das atividades executadas durante o estágio e, principais recomendações para o futuro PDA.

5. ASSENTAMENTO “MÁRCIA CORDEIRO LEITE”

O futuro Assentamento “Márcia Cordeiro Leite” (Fazenda Monjolo e Lagoa Bonita) está sob a liderança do Movimento do Trabalhador Rural Sem Terra (MATR), que tem como líder do movimento o Sr. Antonio Júlio, que juntamente com oitenta e três famílias de agricultores rurais, estão à espera definitiva do direito de posse e usufruto da terra.

O imóvel está localizado na RA de Planaltina-DF, sendo o atual proprietário o INCRA SR-28. A área total é de 432 hectares, que segundo o INCRA é suficiente para assentar um total de cinquenta e três famílias, porém será o PDA que irá dizer quantas famílias vão ser alocadas definitivamente.

5.1 Contexto histórico

Desde 2003, um grupo de trabalhadores sem terra do MATR vinha pleiteando a conquista de parte das terras da antiga Fazenda Monjolo e Lagoa Bonita na RA de Planaltina - DF. Durante mais de seis anos estiveram acampados às margens de uma estrada próxima ao local. Em 2009, 432 ha desta propriedade rural foram adquiridos pelo INCRA SR-28 para implantação de um PA. Por vários impedimentos socioambientais, o PA não foi concebido inicialmente, porém o público interessado do MATR ocupou a área e cerca de 100 famílias se estabeleceram na condição de pré-assentados.

A partir do segundo semestre de 2009, a FUP/UnB, utilizando ferramenta metodológica para o desenvolvimento da disciplina Extensão Rural, iniciou um trabalho com o pré-assentamento. Os objetivos dessa experiência foram: aproximar a Universidade da realidade de agricultores em pré-assentamento de reforma agrária; propiciar aos estudantes da disciplina de Extensão Rural contato com a realidade da reforma agrária; e integrar estudantes

e agricultores num processo de formação compartilhada, na perspectiva da produção sustentável tendo como referência a Agroecologia.

Com a liberação das terras por parte do INCRA para a implantação de um Projeto de Assentamento (PA), os mesmos passaram a ocupar as terras da antiga Fazenda Monjolo e Lagoa Bonita.

As famílias foram distribuídas dentro dos 432 ha. Com o atraso para a consolidação do PA, as famílias na condição de pré-assentadas ainda não possuem a licença ambiental, que ficam impedidas de construir suas casas, terem animais de grande porte, e mexer na paisagem que se encontrava e se encontra em estado de recuperação avançado a mais de 25 anos.

Em junho de 2011, teve-se o início dos trabalhos para regularização do direito e posse definitiva aos futuros assentados, sendo liberada a licença prévia ambiental por parte do IBRAM, demarcando Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL), o que sinalizou passo inicial importante para novos trabalhos e a construção do PDA do PA “Márcia Cordeiro Leite”.

5.2 Saúde, Alimentação e Educação

Em relação à saúde, ainda não existe posto de saúde no pré-assentamento, sendo necessário se locomover para as áreas administrativas de Planaltina ou Sobradinho, localizadas no Distrito federal.

A alimentação está baseada na produção de subsistência e alimentos vindos de fora. Para complementar a alimentação eles aproveitam as frutos disponíveis do Cerrado como: manga, gabioba, caju do cerrado, bacupari, pequi, cagaita, mama cadela, dentre outros.

A educação é um dos pontos mais importantes a serem discutidos, pois há um grande índice de analfabetismo no Assentamento, sendo uma das metas, a implantação de uma escola de caráter rural para atender a população local. Enquanto isso o governo local disponibiliza um ônibus para fazer o transporte da comunidade até a escola.

5.3 Moradia e Infra-estrutura, Emprego e Renda

A questão da moradia no Assentamento certamente é um sério problema para os agricultores, que ainda improvisam barracos com material de refugo de construções, como sobras de madeiras, telhas etc.

Em relação à infraestrutura não há energia elétrica ou água encanada, assim como inexistem também instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias. Na seca, o abastecimento de água é feito por um caminhão pipa (2x por semana) e uso da água é racionado, no período chuvoso os assentados costumam estocar as águas das chuvas.

A falta de água é um dos problemas mais sérios e deve ser encarado com prioridade pela comunidade e pelos “órgãos competentes”. Além dos caminhões pipas e do acúmulo da água da chuva já citados, os assentados costumam utilizar água de um córrego que passa por perto, mas em função de ser imprópria para o consumo humano, sem o devido tratamento (contaminação por propriedades vizinhas) e isso é reconhecido pelos assentados.

Os assentados preocupam-se também com os acessos (ruas, estradas, veículos) a sua comunidade. Existe grande dificuldade para a locomoção, falta transporte público e melhoria nas estradas que ficam praticamente intrafegáveis no período chuvoso.

Como ainda não é possível retirar da própria terra o sustento, os pré-assentados tem que se dedicar a atividades externas. No caso do Monjolo alguns trabalham em cafezais e plantações de maracujás (próximos ao pré-assentamento), recebendo diárias de R\$ 15,00 e outros em subempregos nas cidades vizinhas.

O MATR organiza também bingos com o objetivo de levantar renda e ainda proporcionar momentos de confraternização entre a comunidade.

5.4 Produção

As famílias são organizadas em grupos de dez com um líder e um relator, que juntamente com a presidência tomam as decisões que são de caráter coletivo, sempre buscando um bem para a comunidade. Os grupos são organizados por afinidade e por interesses em comum, cada grupo tem uma lavoura coletiva, onde todos trabalham com a mesma responsabilidade.

Os assentados compartilham a idéia de organização da produção de forma coletiva e individual com caráter sustentável. A proposta após a distribuição do lotes é que cada família fique com 2 ha ou 3 ha do seu lote para a produção individual, sendo o restante da área para produção coletiva dos grupos.

Atualmente a produção dos grupos se enquadra na criação de animais de pequeno porte (galinha poedeira, porcos, frango de corte), uma horta de 500 m², roça com sementes criolas, banco de sementes e milhocarios (Figura 1 e 2).

Toda a produção é voltada para o consumo interno do assentamento, sendo que apenas o excedente é comercializado nas feiras.

5.5 Perspectivas

Os assentados compartilham perspectivas otimistas, sonham com um assentamento modelo, que possa servir como exemplo para outros assentamentos da reforma agrária.

O PDA é apenas o início de um trabalho de estruturação do pré-assentamento. É o começo da realização de parte do sonho dessas famílias.



Figura 1: Horta comunitária.



Figura 2: Milhocario

5.6 PDA “Márcia Cordeiro Leite”: princípio dos trabalhos

A Parceria da Faculdade UnB Planaltina da Universidade de Brasília- FUP/UnB com o MATR teve início no ano 2003. No ano 2009 através da disciplina de Extensão Rural do curso de Gestão do Agronegócio com o emprego de ferramentas metodológicas como DRP, teve como objetivo aproximar os alunos da realidade do assentamento de reforma agrária e integrar os estudantes e os agricultores rurais num processo de formação de caráter sustentável tendo como referência a Agroecologia. (Costa *et al.*, 2011). Consolidando assim a parceria entre as instituições.

No segundo semestre de 2011 teve início a construção do PDA “Márcia Cordeiro Leite” com parceria da EMATER-DF, Faculdade UnB Planaltina da Universidade de Brasília - FUP/UnB e o MATR.

Foram feitas várias reuniões fora do assentamento com os representantes de cada instituição e voluntários para a construção do PDA, com o objetivo de se traçar metas a serem alcançadas e perspectivas em relação aos trabalhos a serem feitos. Vários fatores atrasaram o início em si dos trabalhos no pré-assentamento, sendo que no dia vinte e nome do mês de novembro de 2011 teve início dos trabalhos.

5.6.1 Primeira visita ao Assentamento “Márcia Cordeiro Leite”

Em princípio foi realizada uma reservada reunião entre os representantes de cada instituição (EMATER, FUP/UnB e MATR), para decidir como se daria o trabalho a ser executado no dia.

Estavam presentes os alunos da disciplina de Extensão Rural da FUP/UnB ministrada pelo Professor Flávio Murilo Pereira da Costa, os Professores José Reinaldo de Miranda e Fernanda Nascimento e integrantes dos Projetos NEPEAS (Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Sustentabilidade) e Pesquisação (Agregação de valor aos frutos do Cerrado em áreas de reserva legal de AF do Distrito Federal e entorno) da FUP/UnB, técnicos da EMATER, os agricultores que fazem parte do MATR juntamente com o líder comunitário do movimento Antonio Julio, como pode ser observado na Figura 3.

Foram decididas as seguintes questões:

- Aplicação do IDCR em cada família individualmente e posteriormente nos grupos de 10 agricultores para levantamento das unidades de produção, fauna e flora.

- Capacitação de alunos, voluntários e membros da comunidade para aplicação do IDCR.

A seguir foi feito um primeiro dialogo com os agricultores e coordenadores de cada grupo, apresentando o que foi decidido pelas instituições envolvidas. Após essa etapa, um reconhecimento do Assentamento como mostra a Figura 4, destacando as roças coletivas juntamente com os líderes dos grupos de 10 e os demais envolvidos.



Figura 3: Professores e alunos da FUP/UnB e agricultores assentados do “Márcia Cordeiro Leite”



Figura 4: lideres dos grupos de 10 na roça coletiva.

5.6.2 Segunda visita ao Pré - Assentamento “Márcia Cordeiro Leite”

A segunda visita ocorreu no dia 6 de dezembro de 2011. A principal atividade executada no dia foi aplicação do IDCR.

Foi acertado na reunião anterior que seria feito um treinamento de aplicação do questionário do IDCR com os voluntários para tirar eventuais dúvidas que pudessem ocorrer no decorrer da aplicação do mesmo junto às famílias do pré-assentamento.

O treinamento se deu da seguinte forma: o líder indicou um morador da comunidade para responder o questionário, onde todos os voluntários acompanharam a entrevista ponto a ponto, como pode ser observado na Figura 5.

Para a aplicação do mesmo, o grupo de voluntários se organizou em duplas, sendo cada dupla responsável pela aplicação do IDCR em uma residência (Figura 6).

Foi muito importante esse contato direto com as famílias para observar a realidade que cada família se encontra hoje, onde os mesmos relataram por meio de conversas, as diversas dificuldades que atualmente enfrentam.



Figura 5 :Treinamento com morador do pré-assentamento.



Figura 6: Entrevista com pré-assentado

6. RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO

Não será possível apresentar a análise dos resultados da construção do PDA “Márcia Cordeiro Leite”, pois as atividades de composição do mesmo foram iniciadas com atraso, comprometendo assim a compilação dos resultados oficiais de organização do Assentamento. A descrição feita acima do assentamento faz parte dos arquivos de saídas de campo da disciplina de Extensão Rural ministrada na FUP/UnB pelo Professor responsável.

Pode-se notar por meio de análises dos questionários e pelos relatos dos alunos da disciplina, que através de várias visitas ao assentamento anteriormente, eles estão em um estado de organização bem avançado em relação a outros assentamentos locais e regionais. Todos têm consciência da importância do seu papel para que o resultado final seja alcançado. O que é possível notar é que pela forma como as decisões são tomadas de forma democrática, tudo que é decidido de forma coletiva, com o conhecimento e consentimento de todos.

Outro aspecto da organização que chama a atenção é o fato dos Assentados serem organizados em grupos de 10 famílias, com a representação de um líder, responsável pela organização do grupo e identificação daqueles que não estão contribuindo coletivamente para o grupo, cabendo a este, tentar resolver os problemas identificados. Caso seja impossível a

resolução do caso, o tema é levado ao presidente do assentamento. Os grupos são formados por pessoas que tem interesse no cultivo da mesma cultura, criação animal e principalmente por afinidade, pois prezam pelo bem estar coletivo.

Eles apresentam uma alternativa diferente dos modelos tradicionais de organização dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Primeiramente já estão conscientes da importância da conservação do meio ambiente, que é possível trabalhar sem degradar o meio, respeitando as limitações encontradas e no caso do “Márcia Cordeiro Leite” a vegetação predominante é o Cerrado. Através do projeto Pesquisa da FUP/UnB (que trabalha com oficinas gastronômicas para apresentar a comunidades rurais como é possível agregar valor aos frutos do cerrado através de pratos tradicionais), foi possível conscientizar à importância de se conservar a fauna e flora. Um novo modelo de ocupação de terra, onde se tem a visão de produção individual e uma produção em áreas coletivas, onde cada Assentado vai destinar parte da sua área para o bem coletivo, processo muito bem definido pela visão de Lucena (2007) como sistema sócio proprietário de Assentamento, onde o DRS respeita as vocações dos assentados, a aptidão da terra e demandas do mercado, permitindo assim que as famílias rurais se tornem agentes de transformação para uma sociedade mais justa promotora do DL.

Um ponto a se pensar, é em relação à assistência técnica após a regularização do assentamento por parte do INCRA. Temos vários exemplos no Brasil de assentamentos que estão sem nenhuma estrutura, onde os assentados ou agricultores familiares se encontram endividados devido à aquisição de financiamentos governamentais; não possuem assistência especializada em gestão da empresa rural que atenda as limitações que um assentamento de reforma agrária possui.

A assistência após a regularização é tão importante quanto o PDA, onde tem que se trabalhar o crescimento, o aprendizado e outros fatores importantes para que os agricultores possam ser capazes de se manter estruturados, sem verbas assistenciais de governo.

O PDA é um campo muito grande de se trabalhar, onde pode ser identificada a necessidade de atuação de gestores para compor a equipe de especialistas na construção do mesmo. O perfil profissional formado por disciplinas aplicadas e sociais permitem ao gestor ter um olhar além do Assentamento, à possíveis mercados consumidores e fornecedores de insumos. Uma gestão aplicada à realidade da comunidade e um olhar de caráter social, condizente com a realidade encontrada, respeitando valores, costumes, conhecimento de cada indivíduo, além de vários outros pontos, que permitam um desenvolvimento local sustentável.

7. CONCLUSÃO

Através do presente Estágio Supervisionado pude ampliar os conhecimentos que obtive em sala de aula, principalmente em relação à necessidade de se conhecer todas as esferas que nos cercam e à necessidade de se ter consciência do desenvolvimento do entorno, através do emprego de técnicas voltadas para a conservação do meio ambiente. O reconhecimento da importância em se respeitar os costumes e culturas, valores e conhecimentos individuais dessas pessoas.

Foi possível também, identificar a amplitude do campo de trabalho de um Gestor do Agronegócio, especialmente às atividades relacionadas ao Desenvolvimento Rural, que podem redesenhar o um novo perfil para esse profissional.

O contato com esses agricultores foi especialmente importante pessoalmente, pois pude observar como é possível navegar sobre outra realidade, através de sonhos de pessoas que fomentam a necessidade da volta ao campo, sob uma outra perspectiva e todas as dificuldades ali encontradas. Particularmente, foi um exemplo de perseverança e persistência na conquista pela terra. Será uma experiência que jamais vou esquecer, tanto pessoal como profissionalmente.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRIOLI, Antônio I. Agricultura familiar e sustentabilidade ambiental. Revista Espaço Acadêmico, nº 89, outubro de 2008.

BRASIL. Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº78. Aprova o Manual Operacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária- ATES- Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Diário Oficial da União – Brasília 31 de outubro de 2008.

CONAMA. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – Anexo II e III. Resolução Nº 387. Estabelece Procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária e dá outras Providências. BRASIL. Lei no 4.504, de 30 de Novembro de 1964, e nas Resoluções CONAMA nºs 237, de 19 de Dezembro de 1997 e 286, de 30 de Agosto de 2001. Brasília, 2006.

BUARQUE, S.C. Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável. Material Para Orientação Técnica e Treinamento de Multiplicadores e

- técnicos em Planejamento Local e Municipal. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA- PCT – INCRA/IICA. Brasília, junho de 1999.
- CAPORAL, F.R.; RAMOS, L.F. Da Extensão Rural convencional à Extensão Rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. Brasília, 2006. Texto de Extensão Rural, MDA/SAF/DATER. 2006.
- CARVALHO, F.P Assentamentos de Reforma Agrária e Perspectivas De Desenvolvimento Rural: Um Estudo de Caso. 2010. Mamografia, (Gestão de Programas de Reforma Agrária e Assentamento) – UFLA/ Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras, LAVRAS – MG.
- CARMO, M.S. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável, Agricultura em São Paulo, SP, 45(1): 1-15, 1998. (ISSN 0044-6793).
- COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. “Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável”. In: Vela, Hugo. (Org.): Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194
- COSTA, F.M.P.; GREGOLIN, A.C.; CRUZ, T.C.S.; DINIZ, J.D.A.S.; SOUZA, C. Agroecologia no contexto da formação em processo: a experiência do Pré-Assentamento “Márcia Cordeiro Leite”, Brasília-DF. 2011.
- FRANCO, A. Dez consensos sobre o desenvolvimento local integrado e sustentável. Adaptação do Documento-Final da Oitava Rodada de Interlocução Política do Conselho da Comunidade Solidária. Brasília: IPEA. 1998.
- FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa (2ª ed.). London: Sage Publications 2002
- CANUTO, J.C. Desenvolvimento Rural Sustentável. Instituto Giramundo Mutuando/Programa de Extensão Rural Agroecológica. PROGERA. Botucatu/SP: Giramundo. 2009. 40p. II.;19,5x26,5 cm.(Cadernos Agroecológicos).
- MOREIRA, R.M.; STAMATO, B. Agroecologia. Instituto Giramundo Mutuando/Programa de Extensão Rural Agroecológica. PROGERA. Botucatu/SP: Giramundo. 2009. 92p. II.;19,5x26,5 cm. (Cadernos Agroecológicos).
- JÚNIOR, D.R.S. Plano de desenvolvimento do Assentamento – PDA Projeto de Assentamento Arlindo. SEBRAE, INGRA. Aliança Tocantins – TO. 2002.

- KAGEYAMA, A. “Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida”- Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.
- LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Metodologia do Trabalho Científico: Procedimento Básicos, Pesquisas bibliográfica, Projeto e Relatório, Publicações e trabalhos científicos. 4.ed. São Paulo:Atlas,1992.
- LUCENA, L.P. Novo Modelo De Assentamento Para Reforma Agrária - Programa Terra Vida, o Estudo De Caso Do Plano De Assentamento Itamarati II. XLV CONGRESSO DA SOBER "Conhecimentos para Agricultura do Futuro". Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Londrina, 22 a 25 de julho de 2007.
- OLIVEIRA, N.; CENTENO, C.V. Desafios da construção de um plano de desenvolvimento sustentável participativo para assentamento em área de proteção ambiental: notas introdutórias de pesquisa. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.23, nº 1, p.285-300, 2002.
- ORSI, S.D. IDCR: Um Instrumento de Empoderamento Para Apoiar o Desenvolvimento do Espaço Rural. EMATER-DF. 2009.
- PIMENTEL, V.C. Assentamento é mais que um “Projeto”: A assistência técnica nos assentamentos rurais. Dissertação. UFRRJ – CPDA, Rio de Janeiro – RJ. 2007.
- SANTOS, C.R. et al. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO, PA Alta Floresta I. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Instituto Nacional De Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Superintendência Regional Do INCRA – SR (12). SÃO LUÍS - MA 2004.
- SANTOS, M.O.G.; SOBREIRO, L.P.C.; CALCA, P.I.M.B. A Análise SWOT e Seleção de Prioridades. Texto de Apoio. 2007: Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia “Augusto da Silva”, Évora: março, 2007.
- SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P.A. Agricultura familiar e Teoria Social: a Diversidade das Formas Familiares de Produção na Agricultura. SAVANAS: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais.. Planaltina-DF, Embrapa Cerrados: 2008. p. 989-1014.
- SOUZA, M.M.O. A Utilização de Metodologias de Diagnóstico e Planejamento Participativo em Assentamentos Rurais: O Diagnóstico Rural/ Rápido Participativo (DRP). EM EXTENSÃO, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 34 - 47 jan./jul. 2009.

- STRAUSS, A.; CORBIN, J. Pesquisa qualitativa. Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- TINOCO, S.T.J. Conceituação de agricultura familiar: Uma Revisão Bibliográfica. 2008. Artigo em Hypertexto. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2008_4/AgricFamiliar/index.htm>. Acesso em 28/11/2011.
- VEIGA, J.E. Agricultura Familiar e Sustentabilidade. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.13, n.3, p.383-404, 1996.
- VERDEJO, M.E. Diagnóstico Rural Participativo: Una guía Práctica. Centro Cultural Poveda. Santo Domingo Republica Dominicana. p 116. 2003.
- VERGARA, S.C. Começando a definir a metodologia. In. Projetos e relatórios de pesquisa em Administração. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000. cap.4, p.46-53.
- WICKERT, L.S.; STEFFENON, R.; MILAN A.L.; FICAGNA P.R. Planos De Desenvolvimento Dos Assentamentos (PDAs). Universidade Comunitária Regional de Chapecó - UNOCHAPECÓ, Chapecó – SC, 2000.